Editores: Leonardo Cavalcanti e Leonardo Meireles
leonardocavalcanti.df@dabr.com.br — leonardomeireles.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política) e 3214-1148 / 1191 (Economia)

RIO DE JANEIRO / Ainda em recuperação dos estragos causados por temporais nesta semana, que deixaram 10 mortos, cidade é abalada por outra catástrofe: o desabamento de dois prédios construídos irregularmente. São ao menos cinco óbitos

Tragédias em série

» INGRID SOARES
ESPECIAL PARA O **CORREIO**

Após a morte de 10 pessoas em chuvas torrenciais no Rio de Janeiro, mais uma tragédia se abateu sobre a cidade na mesma semana. Desta vez, o desabamento de dois prédios na comunidade da Muzema, no bairro Itanhangá, na Zona Oeste. Até o fechamento desta edição, cinco pessoas tinham morrido, nove ficaram feridas e aos menos 13 estavam desaparecidas. Entre os mortos está Claudio Rodrigues, 41 anos, que foi resgatado, levado para um hospital particular, mas não resistiu. Ele sofreu traumatismo craniano e teve quatro paradas cardíacas. Os nomes dos outros não foram divulgados.

O Corpo de Bombeiros teve dificuldades de acessar o local da tragédia devido ao temporal de dias antes, que deixou ruas destruídas ou intransitáveis. A corporação trabalha com cães farejadores, helicópteros, drone, ambulâncias e viaturas de recolhimento de corpos. Vizinhos foram os primeiros a prestar socorro e utilizaram até uma porta como maca para fazer a retirada de vítimas.

Segundo a prefeitura, os edifícios foram construídos irregularmente, e as obras estavam embargadas desde novembro de 2018. A pasta afirmou que os prédios foram erguidos por milícias e que, ao atuar na região, precisa do apoio da polícia.

Os apartamentos comercializados por milicianos são vendidos a preços abaixo do mercado. Unidades de dois quartos, com garagem, por exemplo, estavam sendo comercializadas por valores de R$ 40 mil a R$ 100 mil. Moradores contaram que sabiam da irregularidade dos imóveis, mas que era a única forma de moradia disponível.

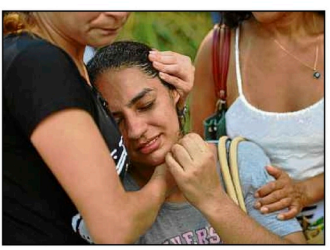
O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, afirmou, ontem, que não se pode culpar apenas a gestão atual pela tragédia. "Esse prédio que desabou é um retrato da falta de fiscalização por parte do município. O estado não tem poder de fiscalizar edificações. São edificações que têm de ser coibidas pelo município. Agora, se a área era de milícia, como está sendo dito, no nosso governo estamos combatendo todas as áreas de milícias", frisou. Já o vice-presidente Hamilton Mourão isentou o governo federal de qualquer responsabilidade e afirmou que as milícias devem ser enfrentadas.

Fotos: Carl de Souza/AFP

Equipes fazem buscas nas ruínas dos dois prédios da comunidade da Muzema em busca de sobreviventes: cães farejadores ajudam nos trabalhos

> **Sem a presença do Estado e sem políticas públicas consistentes, o cidadão ou é deixado à sua própria 'sorte', dando margem à autoconstrução sem assistência técnica, ou fica à mercê da exploração por agentes que agem à margem da lei"**
>
> ***Jeferson Salazar,*** *presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro*

Bombeiros carregam um dos feridos resgatados dos escombros



Moradora é consolada: prédios teriam sido erguidos por milícias

Sem planejamento

De acordo com o presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, Jeferson Salazar, a prefeitura desmontou os quadros técnicos e praticamente extinguiu a capacidade de planejamento. "Infelizmente, essas tragédias vêm ocorrendo com frequência espantosa e não são uma exclusividade do Rio, mas se reproduzem em todo o território nacional", ressaltou. "São reflexo de um conjunto de problemas que inclui a ausência de responsável técnico habilitado em atividades de projeto e obra de construções."

Salazar destacou que, ao deixar de garantir direitos fundamentais, como acesso à terra infraestruturada, à moradia e à mobilidade urbana, o Estado se exime de sua responsabilidade constitucional de garantir aos cidadãos o direito à cidade. "Sem a presença do Estado e de políticas públicas consistentes, o cidadão ou é deixado à sua própria 'sorte', dando margem à autoconstrução sem assistência técnica, ou fica à mercê da exploração por agentes que agem à margem da lei", disse. "O resultado é a insalubridade, a ocupação de áreas de risco, o habitat precário e, como na tragédia de hoje (ontem), o desabamento de moradias."

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação determinou a demolição de mais três prédios no entorno dos que desabaram e realizou, até as 18h de ontem, 13 interdições. A Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), por sua vez, atendeu 23 famílias desabrigadas e desalojadas e prestou assistências individuais a mais 100 pessoas do local.

Militares que mataram músico seguirão presos

» MARINA TORRES*

O Superior Tribunal Militar (STM) negou, ontem, o pedido de liberdade dos nove militares envolvidos na morte do músico Evaldo dos Santos Rosa, que teve seu carro alvejado por mais de 80 tiros no Rio de Janeiro, no domingo.

O pedido de habeas corpus foi recusado pelo general Lúcio Mário de Barros Goes, ministro do STM. Na quarta-feira, a Justiça Militar do estado decretou a prisão preventiva de nove dos 10 militares que dispararam contra o veículo de Evaldo — o soldado Leonardo Delfino foi o único a obter a liberdade provisória. O ministro destacou que "no caso em tela, foram desrespeitadas as regras de engajamento que devem pautar a atuação dos militares, o que culminou na prática delitiva".

Depois de seis dias de silêncio, o presidente Jair Bolsonaro comentou o assassinato do músico, e saiu em defesa da corporação. "O Exército não matou ninguém, não. Houve um incidente, uma morte. O Exército é do povo. A gente não pode acusar o povo de assassino", afirmou. "Houve um incidente. Houve uma morte. Lamentamos ser um cidadão trabalhador, honesto", emendou ele, em Macapá, onde participou de um evento de inauguração do aeroporto local.

> **O Exército não matou ninguém, não. Houve um incidente, uma morte. O Exército é do povo. A gente não pode acusar o povo de assassino"**
>
> ***Jair Bolsonaro,*** *presidente da República*

Bolsonaro disse que haverá investigação. "Está sendo apurada a responsabilidade. No Exército sempre tem um responsável. Não existe essa de jogar para debaixo do tapete."

O vice-presidente Hamilton Mourão também se pronunciou, ontem, sobre o assunto. Em entrevista à Rádio CBN, afirmou que os militares que alvejaram Evaldo estavam "sob forte pressão e sob forte emoção". De acordo com ele, o fato de apenas uma pessoa ter sido atingida comprova que foram disparos "péssimos". "Houve uma série de disparos contra o veículo da família. Você vê que só uma pessoa foi atingida, então, foram disparos péssimos, porque se fossem disparos controlados e com a devida precisão, não teria sobrado ninguém dentro do veículo. Seria pior ainda a tragédia."

Evaldo foi morto numa operação do Exército quando ia para um chá de bebê com a família — no carro também estavam a esposa, o sogro e filho de 7 anos dele. O músico foi atingido por três tiros e morreu na hora; o sogro levou dois tiros, um nas costas e outro no glúteo. Um homem que tentou socorrer a família também foi alvejado. Os militares dizem que confundiram o carro do músico com um usado por criminosos.

Mauro Pimentel/AFP - 10/4/19

Luciana Nogueira no enterro do marido, Evaldo Rosa, na quarta-feira: morte a caminho de um chá de bebê

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa